

**O DECLÍNIO DAS LIGAS CAMPONESAS
E A ASCENSÃO DOS SINDICATOS:
As organizações de trabalhadores rurais
em Pernambuco na Segunda República, 1955-1963¹**

ANTHONY PEREIRA²
Universidade Tulane, Louisiana (EUA)

Resumo: Enquanto as Ligas Camponesas eram as organizações dominantes nas fileiras dos trabalhadores rurais na zona açucareira de Pernambuco nos anos 1950, os sindicatos de trabalhadores rurais, em 1963, já suplantavam as Ligas em importância. Este artigo analisa como esta mudança na representação dos trabalhadores ocorreu. Defende que os conflitos que permitiram a criação de sindicatos aconteceram em contextos localizados e fragmentados. O Estado determinou os limites do conflito permissível, mas dentro destes limites, resultados locais dependiam da natureza e força das organizações de massa e dos grandes proprietários que se opunham a eles. E finalmente, o Estado era também capaz de assumir alguns dos custos dos proprietários, e deste modo, ratificar sua acomodação aos sindicatos.

Palavras-chave: Trabalhadores rurais; sindicalização; Ligas Camponesas.

Abstract: While the Peasant Leagues were the dominant organization in the ranks of rural labor in the Pernambuco sugar zone in the late 1950s, rural trade unions had eclipsed the Leagues in importance by 1963. This article analyzes how this shift in labor representation took place. It argues that the conflicts that established the unions took place in localized, fragmented settings; the state set the boundaries of permissible conflict, but within these boundaries, local outcomes depended on the nature and

strength of mass organizations and the landlords who opposed them; and finally the state was also able to assume some of the landlords' costs and thus underwrite their accommodation to the unions.

Keywords: Rural labor; unionization; Peasant Leagues.

I Introdução

A expansão e modernização da cultura da cana-de-açúcar, na Zona da Mata, após 1945, transformou a maior parte dos trabalhadores rurais em proletários e criou as condições de um movimento operário. Este surgiu refletindo a existência de duas estratégias conflitantes dentro das fileiras dos trabalhadores do campo: de um lado, esforçar-se para recuperar o acesso à terra, e do outro, aceitar a condição de proletário e lutar pela aplicação da legislação trabalhista no campo. As Ligas Camponesas, que dominaram o movimento de 1955 a 1961, adotaram a primeira estratégia; sindicatos, que se tornaram predominantes a partir de 1961, defendiam a segunda.

A emergência dos sindicatos enquanto principal voz dos trabalhadores rurais não foi um fenômeno “natural”. Este resultado foi pesadamente influenciado pelo Estado tanto no nível federal quanto estadual. O Estado combateu vigorosamente as Ligas Camponesas e suas demandas radicais para a distribuição de direitos de propriedade. Ele fez isto ao promover o sindicalismo rural como um contrapeso às Ligas. Ele interveio também nos sindicatos, ocasionalmente, para resolver disputas entre lideranças rivais ligadas à Igreja e ao Partido Comunista (PCB). O Estado foi instrumental na criação dos sindicatos, que foram consequentemente controlados em boa parte por ele. Limites à autonomia e ação política foram incorporadas aos sindicatos desde sua fundação, limites que foram ainda mais severamente endurecidos após o golpe militar de 1964.

Isto não quer dizer que os sindicatos fossem simplesmente criados pelo Estado. Eles o foram pelos próprios cortadores de cana. Mas, ao estabelecer estas organizações, os trabalhadores precisavam entrar em interações complexas e compromissos com oficiais do Estado. O argumento principal deste artigo é que 1) os conflitos que estabeleceram

os sindicatos ocorreram em cenários localizados e fragmentados, 2) o Estado estabeleceu os limites do conflito permitido, mas 3) dentro destes limites, os resultados locais dependiam da natureza e força das organizações de massa e dos latifundiários que se opunham a eles, e finalmente 4) o Estado era também capaz de assumir parte dos custos destes, e deste modo, facilitar sua acomodação aos sindicatos.

Ao tratar destes pontos, o presente artigo focaliza primeiramente sobre como os sindicatos chegaram para substituir as Ligas Camponesas enquanto organização predominante representando os trabalhadores rurais em Pernambuco. Defendo que este processo havia começado bem antes do golpe militar de 1964. Os eventos deste ano são bem conhecidos e não serão descritos aqui. Em vez disto, o foco é sobre como os sindicatos ofereceram vantagens concretas aos trabalhadores e como estas vantagens levaram-nos a eclipsar as Ligas.

Figura 1 - Governos no Brasil e em Pernambuco, 1954-67.

Anos	1954-55	1955-60	1960-61	1961-64	1964-67
Presidente da República	Café Filho	Kubitschek	Quadros	Goulart	Castelo Branco
Anos	1954-58	1958-62		1962-64	1964-66
Governador do Estado de Pernambuco	Cordeiro de Farias	Cid Sampaio		Miguel Arraes	Paulo Guerra

II Os Precursores: as Ligas Camponesas

Em janeiro de 1955, a Sociedade Agrícola de Plantadores e Pecuaristas de Pernambuco foi estabelecida na plantação de Galiléia no município de Vitória de Santo Antão, a uns 55 km a oeste de Recife. Esta organização ao título imponente era composta de pobres foreiros que sobreviviam com dificuldades em 500 hectares de solo pedregoso numa área marginal da zona canavieira e intermediária com o Agreste. Seu objetivo era de impedir a evicção de 140 famílias da propriedade de um latifundiário absenteísta que tinha a intenção de converter sua terra em pastagem.³

Em abril de 1955, membros desta Sociedade foram até o Recife para pedir ajuda a Francisco Julião, um deputado estadual e advogado que havia defendido arrendatários e meieiros nos tribunais, desde 1940. Os foreiros haviam sido assediados várias vezes pela polícia. Latifundiários locais chamaram a Sociedade de Liga Camponesa, em referência às organizações comunistas deste nome que haviam existido em Pernambuco nos anos 1940.⁴ Julião e outros políticos concordaram em ajudar o grupo e outras sociedades similares foram criadas. Mais tarde, Julião tornou-se presidente honorário daquilo que seria conhecido como Ligas Camponesas. Outros deputados estaduais também tomaram parte, formando um corpo informal de apoio para esta nova organização. O sucesso das Ligas a partir da fundação da primeira até a expropriação, pelo governo estadual, da plantação de Galiléia, em 1960, foi devido a vários fatores.⁵ Em primeiro lugar, as expulsões de foreiros pelos proprietários nos engenhos da zona da mata foram criando um núcleo de trabalhadores rurais atingidos, prontos e decididos a envolver-se em ação política. Deputados estaduais, estudantes e outros membros da classe média urbana estavam dispostos a ajudar na organização dos trabalhadores, auxiliados por jornalistas simpatizantes e funcionários públicos. Em segundo lugar, já que a organização de sindicatos era efetivamente proibida no campo, as Ligas, que eram associações cívicas, eram as únicas organizações capazes de defender os interesses dos trabalhadores rurais e foreiros. Finalmente, na pessoa de Francisco Julião, as Ligas encontraram um porta-voz capaz de inspirar seguidores, tanto entre pobres rurais quanto nas classes médias urbanas.

Neste tempo, as Ligas operavam enquanto sociedades de ajuda mútua e propagandistas dirigidos aos trabalhadores rurais. Elas ajudavam foreiros e trabalhadores nos seus conflitos com os latifundiários, muitas vezes providenciando representação legal. Elas lançaram uma campanha contra certas práticas dos latifundiários, tais como o cambão (a exigência de que o trabalhador residente providenciasse certo número de dias de trabalho não pago por ano para o proprietário fundiário); o barracão; aumentos fortes no foro; expulsão de moradores e foreiros; baixos salários e o uso de policiais e capangas para intimidar e assediar os trabalhadores.⁶ Ao organizar manifestações de trabalhadores rurais em Recife, elas trouxeram o sofrimento destes à atenção das elites urbanas e

ajudaram os cortadores de cana a desenvolver competências organizativas importantes.⁷

Após a expropriação da plantação de Galiléia, as Ligas entraram numa outra fase de sua existência. Embora estabelecidas apenas no Nordeste, elas ganharam fama nacional.⁸ Em 1961, o número de membros chegou a dezenas de milhares no Nordeste, entre os quais 10.000 apenas em Pernambuco.⁹ Eles adotaram uma perspectiva internacionalista radical. Em abril de 1960 Julião e outro líder da Liga acompanharam o Presidente Quadros a Havana, Cuba.¹⁰ Em maio de 1961, Julião e mais de cem líderes rurais visitaram Cuba para observar as celebrações do 1º de maio em Havana.¹¹ As Ligas estabeleceram um Comitê Nacional de Solidariedade com a Revolução Cubana e a Reforma Agrária. Julião elogiava a Revolução Cubana como “*gloriosa*”,¹² e pressionava pela adoção de uma reforma agrária de tipo cubano no Brasil. Muitos membros da Liga se proclamavam “*fidelistas*”, e havia conversas, nas ligas, sobre a iminência da revolução brasileira. Tudo isto valia às Ligas a atenção preocupada do governo federal e das elites proprietárias fundiárias.¹³

Nesta altura, a ideologia agrária radical das Ligas que comportava aspectos místicos católicos, se tornou amplamente conhecida. Julião defendia uma reforma agrária que iria além dos limites estabelecidos pela Constituição de 1946, que exigia que as terras desapropriadas pelo governo fossem pagas em dinheiro. Ele demandava a “*liquidação definitiva do latifúndio...(e a) desapropriação total das terras pelo governo*”,¹⁴ seguida “*da devolução da terra ao povo que trabalha nela sem condição alguma exceto que eles deveriam simplesmente continuar a cultivá-la*”.¹⁵ Julião também implicava que tal reforma poderia requerer violência. “*Virá*”, dizia ele, “*de qualquer modo, na lei ou na marra, com flores ou com sangue.*”¹⁶

A estratégia inicial das Ligas havia sido de basear seu apoio nos foreiros e meieiros do Agreste. A razão que Julião dava para esta estratégia é muito reveladora, e indica a importância do Estado para o eventual desenlace da luta pela representação dos trabalhadores rurais no Brasil. Dos trabalhadores assalariados da zona canavieira, Julião dizia “*é mais difícil organizá-los*” porque a usina “*tem a proteção do governo federal... (que) tem um interesse em proteger o açúcar... um produto de exportação*”.¹⁷ Ele também dizia que “*A Liga tinha razão de temer que*

uma simples luta por salários pudesse enfraquecer as ambições dos camponeses de ganhar a posse da terra, que é o objetivo principal".¹⁸

Apesar desta estratégia declarada, as Ligas estavam mais fortes na Zona da Mata, nos municípios tais como Jaboatão, Cabo, Igarassu, Escada, Goiana, e Água Preta, onde a maioria dos trabalhadores haviam se tornado assalariados sem terra. Os assalariados se revelaram mais fáceis de organizar do que pequenos proprietários que predominavam na região vizinha do Agreste. Seus oponentes econômicos, proprietários de plantações e seus administradores, eram muito mais fáceis de serem identificados enquanto fonte de exploração do que latifundiários o eram para pequenos proprietários; eles eram mais numerosos do que os pequenos produtores; eles se concentravam nas plantações em vez de ficarem dispersos como os agricultores; eram mais acessíveis aos organizadores urbanos educados como padres, estudantes, ativistas de partidos e advogados do que pequenos proprietários no Agreste que se localiza mais distante do Recife do que a Zona da Mata. Em 1961, 13 das 25 Ligas de Pernambuco, e as mais ativas delas, estavam na zona canavieira.¹⁹

Na época, as Ligas permaneciam como parte distinta do movimento de trabalhadores rurais, mais radical na medida em que pediam uma mudança nos direitos de propriedade e não apenas de salários, retoricamente, mais em harmonia com as aspirações de pequenos agricultores que com aquelas dos proletários. Elas não se filiavam à ULTAB (União de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil), a organização sindical central estabelecida em 1957 que antecedeu a CONTAG. Em 1962, as Ligas representavam realmente a voz de uma minoria dentro do movimento rural; o número de membros da ULTAB era dez vezes maior do que as Ligas.²⁰

Tanto para os sindicatos comunistas quanto para aqueles orientados pela Igreja, as Ligas eram heréticas. O PCB, a força liderando à esquerda na época, criticava as Ligas por dar ao campesinato a vanguarda revolucionária e não tinha simpatia pelas demandas dos foreiros por direitos individuais de uso da terra.²¹

Ele também criticava as Ligas por subestimar o lado organizacional e legal do movimento rural e a questão salarial, por se engajar em táticas "aventureiras" tais como invasão de terras.²² Para a Igreja, as Ligas eram

radicais demais ao demandar uma redistribuição ampla dos direitos de propriedade da terra e não representativas porque elas deixavam poucas posições de liderança aos próprios trabalhadores.²³ Para ambos, a fé das Ligas de que a reforma agrária fosse possível, era de fato equivocada; mais ainda, na sua análise, era melhor ganhar salários mais altos para os trabalhadores, dentro do sistema das leis trabalhistas existentes, do que lutar pelo que prometiam as Ligas, como diz o ditado, mais vale um pássaro na mão do que dois voando.

Para os conservadores, por outro lado, as Ligas eram uma ameaça de subversão das antigas relações de deferência e obediência entre os senhores de engenho e os pobres do campo. Para os grandes proprietários, especialmente, as Ligas eram “*comunistas*”, sem levar em consideração as diferenças ideológicas entre as Ligas e o PCB.²⁴ Elas ameaçavam a ordem e só podiam ser obra de “*agitadores*” urbanos que vinham despertar a inveja e o ódio de uma força de trabalho que de outro modo encontrava-se contente e passiva.

As Ligas enfrentavam atitudes similares nos círculos dos governantes tanto no nível estadual quanto federal. O governo do Estado de Cordeiro de Farias (1954-58), particularmente, tentou interromper a atividade da Liga. Francisco Julião foi preso por se dirigir a um grupo de trabalhadores rurais em Vitória de Santo Antão, em 1956, e noutro incidente pouco tempo depois, centenas de policiais militares e os capangas dos senhores de engenho cercaram a sede da Liga na mesma localidade, numa tentativa de intimidação da organização que estava nascendo.²⁵

No nível federal, ministros em Brasília estavam claramente preocupados pelo fato das Ligas estarem fora do controle do governo e poderiam provocar um conflito social violento. Em 11 de maio de 1962, o então Ministro do Trabalho Franco Montoro (um político de tendências democrata-cristã e laços com a igreja católica) se queixava destas “*Ligas Camponesas, que sem nenhum aspecto jurídico, sem nenhuma responsabilidade e sem qualquer direito a representar a categoria profissional, promovem movimentos, reivindicações que servem mais como agitação do que como demanda por direitos efetivos.*”²⁶ Montoro continuou descrevendo a organização das Ligas como “*quase clandestina*”, sempre iniciada por “*emissários*” da cidade. Ele via nas

Ligas uma ameaça para o bom funcionamento de um sistema de relações de trabalho fechado e hierárquico.²⁷

Quanto à questão da reforma agrária, a política da administração Goulart consistia em ignorar as demandas dos pobres da área rural por terra e, em vez disso, integrar os trabalhadores rurais num sistema de sindicatos que estabelecia um salário mínimo e previdência social nos moldes que os trabalhadores urbanos haviam gozado por décadas.²⁸ Deste modo, num documento apresentado ao Conselho dos Ministros em 8 de fevereiro de 1962, o objetivo da reforma agrária proposta era *“a integração gradual dos trabalhadores rurais na previdência social, com vista a lhe outorgar segurança, e particularmente, por uma solução mais rápida (...) nas áreas rurais [já que estes trabalhadores] constituem a massa que assegura matéria prima às empresas agroindustriais”*.²⁹ Na mesma veia, as *“ansiedades e angústia do trabalhador rural”* eram vistas como problemas que o Estado devia encarar em virtude de suas *“responsabilidades... pela ordem pública”*.³⁰ Então, quando o então Primeiro Ministro Tancredo Neves mencionou planos para uma reforma agrária em Pernambuco, no dia 27 de abril de 1962, ele não vislumbrava a fragmentação das grandes propriedades canavieiras em favor de uma produção camponesa em pequena escala. Os produtores de açúcar deviam ser protegidos. O que era previsto era uma mais completa integração dos trabalhadores rurais nas novas relações de mercado de empregadores e empregados.

Para o Estado, a solução para o problema da terra era a promoção da sindicalização rural. Ela não só permitiria a canalização das reivindicações pela terra para transformá-las em demandas menos perigosas dentro da hierarquia do mundo do trabalho (convertendo conflitos com resultados reduzidos a zero em conflitos com resultados positivos), como criaria também organizações que o Presidente Goulart e seus colegas do PTB podiam mobilizar para propósitos eleitorais e políticos. Nos primeiros dias da presidência de Goulart, em novembro de 1961, o 1º Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas ocorreu em Belo Horizonte. Ele foi organizado pela ULTAB com apoio financeiro do governo federal. Atenderam 1.400 delegados de 20 Estados, dos quais apenas 215 foram das Ligas Camponesas.³¹ O presidente Goulart presidiu a sessão de encerramento da conferência, incentivando os trabalhadores

rurais a se sindicalizarem. No começo o programa foi lento, mas no fim de 1962 ele já estava em pleno andamento. Nas palavras de Montoro, a intenção era de “*assegurar a maior publicidade para impedir que os sindicatos de trabalhadores rurais se organizem do mesmo modo que todas essas ligas [camponesas] haviam se organizado*”.³²

De julho a setembro de 1962, enquanto os primeiros sindicatos rurais de Pernambuco e sua federação, FETAPE, pediam reconhecimento dentro do programa de sindicalização rural, Francisco Julião utilizava as Ligas Camponesas como veículo de sua campanha para ser eleito no Congresso Federal. A eleição foi uma decepção, Julião mal conseguindo se eleger e todos os outros líderes das Ligas não sendo eleitos. Uma vez deslocado para Brasília, Julião tornou-se uma figura que foi desaparecendo do movimento rural de Pernambuco.

Em novembro de 1962, o exército invadiu um campo de treinamento para guerrilha organizado por alguns membros das Ligas em Dianópolis, Goiás. O incidente foi embaraçoso para as Ligas, expondo alguns de seus membros como guerrilheiros bastante incompetentes.³³ Enquanto Julião aparentemente não tinha conhecimento deste campo de treinamento, Clodomir Moraes, um dirigente da Liga sabia e foi preso em dezembro de 1962, quando foi encontrado com um carro cheio de armas no Rio de Janeiro.³⁴ Este incidente reforçou a impressão nos círculos do governo de que as Ligas estavam “*passando dos limites*”.

A prova de que o governo Goulart via a ameaça de um levante de guerrilha, possivelmente orquestrado pelas Ligas Camponesas, como sério, pode ser encontrada nos comentários do então ministro das relações exteriores, San Tiago Dantas, no dia 27 de abril de 1962. Dantas citou um dos “*mais brilhantes assessores do Presidente Kennedy*”, W.W. Rostow, no sentido de que “*caso forças regulares sejam usadas contra camponeses rebeldes organizados em bandos de guerrilha, é preciso dispor de 17 soldados regulares para combater cada guerrilheiro*”.³⁵ Do ponto de vista dos ministros federais deste período, um programa judicioso e efetivo de sindicalização rural era vital, precisamente para evitar a possibilidade de uma guerra anti-guerrilha, confusa e difícil, do tipo que os EUA estavam precisamente iniciando no Vietnã.

O programa pareceu ter sucesso. Sindicatos apoiados pelo governo que se concentraram na questão salarial rapidamente eclipsaram

as Ligas Camponesas e sua demanda por uma redistribuição da terra. Os sindicatos reformistas foram apoiados tanto pela Igreja quanto pelo PCB. É complexo explicar porque não houve uma revolução no Nordeste do Brasil no começo dos anos 1960, entretanto o programa de sindicalização rural promovido pelo governo federal ajuda a dar conta do resultado.³⁶

As Ligas Camponesas, por sua vez, tinham relações difíceis com os representantes do governo, tanto no nível federal quanto estadual. Em 1961, Julião, Presidente da Liga Camponesa, havia dito do Presidente Goulart, *“já que não aceitei a função de subordinado, ele encarregou minha desmoralização à Igreja e ao PCB”*.³⁷ Em 1963, Julião caracterizava ambos, o governo estadual de Miguel Arraes e a administração Goulart, como *“reformismo avalizado pela burguesia, disposta a manter seus privilégios de classe, em troca de algumas concessões políticas e sociais.”*³⁸ Ele tinha particular desprezo por Goulart, chamando-o de corrupto, *“manhoso, sabido, trapaceiro”* um homem que *“não terá coragem de me encarar de frente, na bucha, mesmo fugindo com o olhar, que é honesto, que não está no papo dos magnatas ianques da Aliança para o Progresso, que defenderá a Petrobrás contra as manobras dos trustes”*.³⁹

Em 1963, os membros das Ligas eram avaliados em 80.000 no Nordeste, dos quais 30 a 35.000 membros em Pernambuco.⁴⁰ Mas, nesta altura, as Ligas haviam começado a declinar. Faltavam-lhes unificação e organização. Mesmo seus líderes reconheciam isto. Moraes chamava as Ligas *“um grande corpo amorfo que não tem nem esqueleto, nem sistema nervoso para unificá-lo”*.⁴¹ Julião admitia que ele realmente não sabia o número de membros das Ligas e confessava que *“agitar é uma coisa bela. O difícil é organizar.”*⁴² Em 1963, começou o terceiro e final estágio da existência das Ligas. Elas foram afligidas por dissensões internas e um faccionalismo ligado aos partidos políticos e haviam perdido sua hegemonia sobre o movimento dos trabalhadores rurais para os sindicatos.⁴³ Em janeiro de 1964, Julião pedia aos trabalhadores rurais que estavam desertando suas organizações em favor dos sindicatos, que mantivessem sua presença como membros da Liga.⁴⁴ Mas, a maré avançava contra ele.

O declínio das Ligas, que foi numa ampla medida o resultado de uma política deliberada do Estado, mostra que os membros do

aparato federal estabeleceram estritos limites ao que era aceitável dentro do movimento social no campo. As Ligas Camponesas eram vistas claramente como ilegítimas porque elas incluíam pessoas que não eram trabalhadores rurais ou camponeses; porque eram associações cívicas e não sindicatos e porque elas não limitavam suas reivindicações a assuntos facilmente negociáveis e relativos a aumentos no salário por produção e outros benefícios. Membros da administração federal queriam preservar o monopólio da representação que a lei trabalhista brasileira concedia aos sindicatos, porque era um importante mecanismo de controle, e a decisão do governo Goulart, em 1962, de começar um programa de sindicalização rural foi o início do fim das Ligas.

Mas as Ligas estabeleceram os alicerces para as mobilizações posteriores e mais eficientes do movimento sindical. Ao exigir justiça para os pobres do campo, os sindicatos seguiram o exemplo das Ligas, mas eles descartaram o vago agrarismo destas em prol de um economismo mais pragmático e disciplinado. Foram eles, unidos numa confederação sob proteção do Ministério do Trabalho, que herdaram o movimento dos trabalhadores no campo.

III O advento dos sindicatos, 1961-63

Os sindicatos tinham vantagens sobre as Ligas Camponesas na competição para representar os trabalhadores rurais, como mostra a Figura 2. Em primeiro lugar, como instituições reconhecidas pelo Ministério do Trabalho, eles receberam o direito exclusivo de representar todos os trabalhadores rurais, pequenos proprietários e arrendatários numa dada área, geralmente o município. Como entidades quase oficiais, eles gozavam de proteções que as Ligas não tinham. Em segundo lugar, os sindicatos tinham uma base financeira bem mais forte do que as Ligas. O pagamento em folha, administrado pelo Ministério do Trabalho, permitia que o movimento sindical recebesse o equivalente a uma diária por ano de todos os trabalhadores de sua jurisdição.⁴⁵ As Ligas, por outro lado, dependiam apenas das contribuições voluntárias.

Figura 2 - Vantagens e Desvantagens das Ligas Camponesas e dos Sindicatos Rurais

Vantagem / Desvantagem	Ligas Camponesas	Sindicatos Rurais
Adesão voluntária?	Sim	Não ⁴⁶
Pagamento obrigatório?	Não	Sim ⁴⁷
Reconhecimento pelo Estado?	Não	Sim
Parte de uma organização nacional?	Não	Sim
Permitido de ter atividade “política”?	Sim	Não

O programa de sindicalização do governo federal de 1962 não era uma idéia nova. Em 1954, enquanto ministro do Trabalho, João Goulart havia proposto um programa similar. Grupos de proprietários de terra fizeram forte pressão contra este projeto, mandando um relatório para o Conselho de Segurança Nacional alertando que os objetivos do programa “*só podiam ser de provocar agitação nas áreas rurais, com graves ameaças para a própria existência da nação*”.⁴⁸ Acrescentava que “*o proletariado rural não é suficientemente maduro para compreender os direitos políticos que o Ministro João Goulart quer lhes dar*”.⁴⁹ Sob pressão, Goulart renunciou ao seu posto em 22 de fevereiro de 1954, e o plano foi engavetado.⁵⁰ De 1946 a 1961, sob cinco administrações diferentes, somente seis sindicatos de trabalhadores rurais foram reconhecidos no Brasil.⁵¹

Nos círculos da Igreja em Pernambuco, a decisão de começar a organizar foi tomada em 1958. Líderes religiosos consideravam três estratégias para manter sua influência entre os pobres do campo: fez caridade, fundou Ligas Camponesas, ou fundou sindicatos que podia reivindicar os direitos dos trabalhadores e salários decentes dentro das leis trabalhistas. Esta estratégia foi determinada. Pernambuco tinha apenas um sindicato rural naquela época, em Barreiros, que aparentemente não era muito militante.⁵²

A decisão da Igreja não era uma resposta direta à pressão dos trabalhadores.⁵³ No entanto, uma vez tomada, os líderes da Igreja se tornaram inevitavelmente familiares das reclamações dos trabalhadores, e tinham que responder a elas e representá-las frente às autoridades

políticas. Os sindicatos da Igreja também criaram um quadro de líderes de nível médio oriundos das fileiras dos próprios trabalhadores rurais, e a este respeito, eles diferiam das Ligas cujos porta-vozes tendiam a serem todos, como Julião, ativistas de classe média.

No começo dos anos 1960, com a benção oficial de um Vaticano propenso às reformas, a Igreja havia se tornado a “*luz guia*” do movimento rural na zona canavieira de Pernambuco, como disse um veterano sindicalista. Em Nazaré da Mata, Padre Mario Leitão Tavares resistiu às críticas dos proprietários e ajudou a organizar um sindicato em novembro de 1962. O sindicato fazia suas reuniões na catedral da cidade e contava com 750 membros distribuídos em mais de 50 engenhos na região.⁵⁴ Padre José Monteiro Neto e Padre Crespo, o mais importante ativista da Igreja na época e um elemento importante na criação da FETAPE, ajudou a fundar o sindicato de trabalhadores rurais de Vitória de Santo Antão em novembro de 1961.⁵⁵ “*Do ponto de vista do proprietário da plantação*”, dizia um artigo de jornal, “*a Igreja transformou-se em aliado de Francisco Julião e os padres em toda a zona canavieira são agora nada mais do que agitadores perigosos que escondem os instintos incendiários de baixo de suas batinas.*”⁵⁶

O fato era que o envolvimento da Igreja na sindicalização rural foi muito mais longe na Mata Norte do que na Mata Sul, onde o bispo de Palmares era oposto à idéia de padres apoiarem ativamente os sindicatos. O PCB preencheu o vazio. O sindicato mais importante no sul estava baseado em Palmares mesmo. Ele representava trabalhadores em 21 municípios, e este enorme sindicato foi reconhecido em fevereiro de 1963, e era liderado pelo organizador comunista veterano Gregório Bezerra.

Enquanto isto, o problema da expulsão dos moradores (trabalhadores que moravam nas plantações) recebia ampla cobertura da imprensa no Recife, criando, na classe média urbana, um clima favorável ao envolvimento da Igreja na sindicalização. Uma história, por exemplo, descreveu a agonia de um trabalhador rural idoso que havia sido expulso de seu pequeno sítio e colocado num trem com 100 cruzeiros pelo proprietário. O homem havia trabalhado por 57 anos na plantação, e 100 cruzeiros equivaliam a pouco mais do que um dia de salário. O homem acabou deitado frente a um hospital de Recife, com fome.⁵⁷

Os sindicatos rurais de Pernambuco durante a Segunda República, 1955-1964

No dia 25 de junho de 1962, O Ministério do Trabalho promulgou a portaria ministerial Nº 209, regulando a criação dos sindicatos rurais. O Ministro do Trabalho, João Pinheiro Neto, de acordo com o Delegado Regional do Trabalho de Pernambuco, Dr. Enoch Mendes Saraiva, estava profundamente consciente dos problemas enfrentados pelos trabalhadores rurais, mas sabia que o plano de sindicalização rural não avançava bem por causa de deficiências materiais e institucionais.⁵⁸ Em 1º de outubro de 1962, o segundo sindicato rural de Pernambuco foi reconhecido pelo Ministério do Trabalho. Ele abrangia Escada, Amaraji, e Ipojuca, com um total de membros de 20.000 pessoas. O fato de que o sindicato de Escada teve um papel de liderança no movimento sindical durante os meses seguintes mostra o quanto crucial era a aprovação federal para a eficiência dos sindicatos. Na medida em que mais sindicatos eram reconhecidos no decorrer do ano, o papel de Escada se tornou mais modesto, confirmando esta opinião.⁵⁹

Enquanto avançava o esforço para sindicalizar os cortadores de cana de Pernambuco, a campanha para eleger Miguel Arraes governador estava em pleno movimento.

Arraes havia sido prefeito do Recife desde 1958, e era o concunhado do governador Cid Sampaio. Arraes apelava para os trabalhadores rurais na sua campanha. Num discurso no Recife no dia 14 outubro, ele disse: “*Quero lhe pedir – João Ninguém de Pernambuco – seu apoio na luta contra os latifundiários que aniquilam as esperanças de milhares de trabalhadores rurais...*”⁶¹ Em 7 de outubro, a eleição para o governo ocorreu e, no dia 20, Arraes foi declarado o vencedor. A chegada ao poder de Arraes coincidiu com a criação da FETAPE (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco), no dia 17 outubro de 1962.⁶²

Tabela 1: Fundação dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais de Pernambuco—Zona canavieira, 1960-79.⁶⁰

Ano	Número de sindicatos fundados
1960	0
1961	6
1962	4
1963	18
1964	9
1965	3
1966	0
1967	1
1968	0
1969	1
1970	1
1971	2
1972	1
1973	0
1974	0
1975	0
1976	0
1977	0
1978	0
1979	1

O sindicato recém criado de Escada começou a envolver os trabalhadores em reuniões e passeatas, formulando reivindicações que se refletiriam em toda a zona canavieira durante os próximos 17 meses. Pediam a abolição do cambão e a aplicação da legislação trabalhista nos canaviais: repouso semanal remunerado, 13º salário, aposentadoria e o salário mínimo. Na época, o salário mínimo oficial era de Cr\$ 246,00 cruzeiros por dia, enquanto que os cortadores de cana recebiam por volta de 40 a 80 cruzeiros por dia.⁶³ Numa assembléia de milhares de trabalhadores no sindicato de Escada, que ocorreu em 14 de outubro de 1962, foi decidido mandar mensagens ao Presidente da República e ao Ministro da Guerra pedindo “*a abolição imediata das chamadas ‘milícias*

privadas' dos grandes proprietários (capangas)".⁶⁴ Os trabalhadores concordaram então que, se isto não fosse feito, eles pediriam a intervenção do exército no campo. Mas uma vez, o papel decisivo do Estado nacional para resolver conflitos na zona canavieira – e o reconhecimento do papel de seus participantes, inclusive os trabalhadores – está refletido aqui. Neste caso, a demanda parece irônica, considerando aquilo que o exército fez quando finalmente interveio em abril de 1964.

Em 20 novembro, a campanha oficial de sindicalização foi lançada. O Ministério do Trabalho criou uma Comissão Técnica de Orientação Sindical. Ao divulgar 150.000 panfletos, colocar no ar programas de rádio e lançar uma campanha publicitária valorizando as vantagens dos sindicatos, o governo federal esperava incorporar trabalhadores em instituições que ele poderia controlar.⁶⁵ Mais ou menos ao mesmo tempo, pequenas greves localizadas começaram a ocorrer na zona canavieira de Pernambuco. Na plantação Vundinha, no município de Itambé,¹⁷ trabalhadores pararam o trabalho, exigindo Cr\$ 275,00 cruzeiros por dia, um pouco mais que o salário mínimo legal. O proprietário da plantação, que recebeu uma carta dos trabalhadores chamando-o de mau empregador, recusou-se a conceder o aumento, e os trabalhadores retomaram o trabalho. Da mesma forma, outras greves sem êxito também ocorreram perto, em Timbaúba.⁶⁶

No fim de novembro de 1962, Pernambuco tinha sete sindicatos de trabalhadores rurais reconhecidos compostos de mais de 28.000 membros, e nove outros sindicatos aguardavam reconhecimento.⁶⁷ Dr. Enoch Saraiva, o representante do Ministério do Trabalho em Pernambuco, começou a apoiar a reivindicação dos sindicatos a respeito do 13º salário, que era pago na época do Natal.⁶⁸ Mas tais sentimentos não eram universalmente compartilhados dentro do governo. No dia 4 de dezembro, o Ministro do Trabalho João Pinheiro Neto, que havia começado a campanha em favor da sindicalização, foi demitido, supostamente em função da pressão sobre o presidente, por parte do Ministro das Relações Exteriores, San Tiago Dantas, embaixador nos EUA, Roberto Campos, e do Primeiro Ministro Hermes Lima. A demissão refletia a natureza ambígua do regime de Goulart, que o próprio San Tiago Dantas descrevia como "*esquerdismo político e direitismo financeiro*".⁶⁹ Um telegrama do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Escada lamentava a demissão como "*derrota*

para os trabalhadores rurais que lutam por uma verdadeira reforma agrária".⁷⁰ E o IBAD (Instituto Brasileiro de Ação Democrática), um instituto conservador, estava supostamente tentando fazer com que o Delegado do Trabalho Enoch Saraiva, perdesse seu cargo.⁷¹

Mais do que qualquer coisa, fora a luta pelo 13º salário que preocupava os trabalhadores rurais durante os próximos meses. Na Usina Estreliana, num ato de brutalidade chocante ainda famoso na zona canavieira atualmente, quatro trabalhadores foram massacrados por capangas após exigir seu 13º salário.⁷² Tentando evitar outros atos de violência, Saraiva, Delegado do Trabalho, encontrou-se, no dia 10 de janeiro de 1963, com dirigentes do Sindicato dos Trabalhadores de Escada e das associações de plantadores e usineiros, no seu gabinete em Recife. Então, um acordo foi feito com o Banco do Brasil, para providenciar financiamento para que os proprietários de plantações e usinas pagassem o 13º salário.⁷³ Um líder dos plantadores saudou a ação "*patriótica*" do Banco do Brasil, o que garantiria os meios de acabar com a "*agitação*" e "*perturbação da ordem*" nos canaviais. Mais uma vez, uma instituição federal, agora um banco, intervinha para desarmar um conflito social e assegurar a acomodação dos proprietários à organização dos trabalhadores.

No dia 31 de janeiro de 1963, o Governador Arraes assumiu o governo no meio do que foi descrito como uma 'Posse de Carnaval'. Auto-proclamado nacionalista e esquerdista, Arraes prometeu mudança, declarando a um grupo de dirigentes sindicais no palácio do governo no primeiro dia de sua administração: "*Espero merecer a confiança dos trabalhadores durante meu mandato.*"⁷⁴ A força do movimento dos trabalhadores rurais cresceu consideravelmente nos meses seguintes.

A eleição de Miguel Arraes, em 1962, não havia sido uma contenda fácil. Arraes, concorrendo pelo Partido Socialista Trabalhista (PST), recebeu 264.299 votos. Seu principal opositor, João Cleofas de Oliveira da União Democrática Nacional (UDN), recebeu 251.146 votos.⁷⁵ Arraes ganhou na capital, Recife, por mais ou menos 41.000 votos. Cleofas ganhou no interior do Estado por quase 27.000. A diferença entre estes números mostra a pequena margem que deu a vitória a Arraes.⁷⁶

Na zona canavieira, embora Arraes ganhasse, a eleição foi muito apertada. Cleofas ganhou 16 dos 45 municípios, incluindo o município

que produzia mais açúcar na época, Catende, e municípios onde havia sindicatos ativos, como Escada. Em outros lugares, a margem de Arraes foi extremamente pequena: em Água Preta 6 votos de um total de 2.718. Ele ganhou em Amaragi por 1.031 a 961, em Bezerros por 2.569 a 2.538, e em Bonito por 1.410 a 1.143. Não está claro quantos trabalhadores rurais votaram nessa eleição. A alfabetização, que era exigida, sem dúvida, impediu muitos deles de votarem. Sem esta exigência, o eleitorado teria sido quatro vezes maior. No entanto, a eleição mostrava que Arraes não havia completamente capturado os corações e as mentes dos trabalhadores da zona canavieira, um feio que ele só conseguiria, eleitoralmente, em 1986.

A base do apoio a Arraes na zona canavieira era a Frente do Recife. Ela era uma aliança política entre diversos partidos: socialista, comunista, trabalhista e nacionalista de esquerda, que atuavam na política em Recife entre 1955 e 1964.⁷⁷ Recebeu apoio significativo dos grandes proprietários no interior e usineiros na zona canavieira, inclusive o rico empresário Antônio Emírio de Moraes. Sua base de massas residia nos sindicatos representando ferroviários, gráficos, operários têxteis, e estivadores no Recife e nas redondezas. Na medida em que a sindicalização rural se desdobrava, em 1962, os sindicatos de trabalhadores rurais se tornaram um elemento novo e radicalizante na Frente. Como Soares escreve:

“A organização do movimento camponês no Nordeste foi, sem dúvida, o acontecimento que mais abalou as instituições políticas nacionais e mais pânico provocou nas classes dominantes. Este vai provocar importantes transformações quer no desenlace dos pactos políticos nacionais, quer nas relações internas do movimento popular. Sem dúvida, foi o acontecimento que mais impacto provocou e mais questões colocou para as direções das classes populares.”⁷⁸

Após a eleição de Arraes, representantes dos trabalhadores foram cada vez mais sendo reconhecidos pelo Estado. O novo governador, num encontro no começo de fevereiro de 1963, com os organizadores sindicais da igreja Padre Melo e Padre Crespo, prometeu prevenir a violência contra os trabalhadores.⁷⁹ Atos violentos, no entanto, continuavam a ocorrer. O Estado era incapaz de garantir a ordem no campo. Os padres asseguravam

que “os trabalhadores rurais são muito pacíficos e pedem muito menos do que eles têm direito”.⁸⁰ Neste momento, a FETAPE comportava 19 sindicatos oficiais, e 13 outros aguardando reconhecimento, com um total de 60.000 membros.⁸¹

No dia 11 de fevereiro, trabalhadores de Moreno, Jaboatão, e São Lourenço da Mata foram à Delegacia Regional do Trabalho, em Recife, para se queixar de que muitos grandes proprietários ainda não haviam pago o 13º salário. Um dos líderes disse: “As coisas mudaram no campo... por conta disso, a Justiça do Trabalho deve se animar”.⁸² Claramente, os dirigentes sindicais esperavam e exigiam que o governo do Estado agisse em sua defesa. Em 18 de fevereiro, por volta de 5.000 trabalhadores rurais, muitos dos quais levavam enxadas, marcharam através das ruas de Jaboatão, perto de Recife, protestando contra os proprietários de terra que ainda não haviam pago o 13º salário. A organização deste tipo de passeata foi mais fácil pelo fato de que estava na entressafra, quando a cana não estava sendo cortada e muitos trabalhadores estavam ociosos. Contudo, pela mesma razão, o efeito econômico dos paradesios que ocorreram, as “revoltas das enxadas”, como foram chamadas, foi mínimo. Estas greves esporádicas e locais, no final de fevereiro, são melhor entendidas como um ensaio para a greve maciça, coordenada e economicamente paralisante de novembro de 1963, que aconteceu no meio da safra de cana. Um número estimado de 20.000 trabalhadores foi envolvido nestas greves locais no final de fevereiro, em Jaboatão, Moreno, Paudalho, São Lourenço da Mata, e Glória de Goitá, ganhando experiência em ação coordenada.⁸³

No entanto, os novos sindicatos como seus equivalentes urbanos eram altamente controlados. Nas suas relações tanto com o governo Goulart, no nível federal, quanto com o governo Arraes no nível estadual, os limites de sua luta econômica eram impostos pelo Estado.⁸⁴ No caso do governo Arraes, os limites excediam qualquer coisa que tivesse sido permitida antes, na medida em que os sindicatos não eram mais vistos como um problema de polícia, e eram reconhecidos como agentes de negociação. Mas, ao responder à pressão vinda de baixo e expandir o âmbito da atividade sindical aceitável, o governo de Arraes ainda tentava desarmar os desafios abertos à posição da elite dos grandes proprietários.

Os acontecimentos que seguiram são bem conhecidos da historiografia do trabalho no Brasil. Em julho de 1963, Arraes enfrentava uma “*crise no campo*”, precipitada pela pressão crescente dos trabalhadores sobre o governo para aplicar a legislação trabalhista. A crise foi resolvida por um acordo que foi seguido por uma greve histórica em novembro de 1963, a maior vitória dos sindicatos rurais. Este progresso foi desmanchado pelos eventos trágicos do começo de abril de 1964, quando o governador Arraes foi deposto e o novo regime militar interveio numa escala maciça nas relações de trabalho no campo, na zona canavieira de Pernambuco.

IV Conclusão

“Camponeses, orgulha-me ouvir:
 ‘Vinte mil camponeses se reúnem’
 Ou: ‘Hoje, a greve eclodiu.’
 Mas quem de nós não pede há muito
 um palmo para a terra
 e um sonho para o sonho?
 Hoje, porém, como dizer?
 sem perturbar, no alto,
 a vida das estrelas:
 ‘Duzentos mil camponeses se levantam!’”⁸⁵

Após muitos anos, grupos de trabalhadores da zona canavieira de Pernambuco finalmente conseguiram estabelecer um movimento que podia expressar e defender seus interesses. A eficiência dos novos sindicatos foi determinada, em primeiro lugar, pela natureza e força dos movimentos populares nestas áreas, bem como por aquela dos grandes proprietários. Conflitos eram localizados, fragmentados, muitas vezes sem coordenação entre si. O Estado reconhecia os sindicatos uma vez que eles já existiam. A proteção e o patrocínio eram-lhes dado pelo Estado em troca de controle considerável sobre si. Esta proteção e patrocínio estatais foram fatores-chave ao permitir os sindicatos ultrapassarem as Ligas Camponesas como organizações com preeminência para representar os trabalhadores rurais na Zona da Mata de Pernambuco. Enquanto o golpe de 1964 trouxe um fim definitivo para as Ligas, o seu declínio havia começado mais cedo.

O estabelecimento dos sindicatos requeria uma mobilização dura e arriscada, na base. A atuação do Estado – mesmo sob Arraes – era dirigida pesadamente para a proteção dos grandes proprietários de terra da zona canavieira em vez de seus trabalhadores. Na medida em que o Estado agia na área das relações trabalhistas, era para impedir que as reivindicações dos sindicatos excedessem os limites de uma hierarquia trabalhista incrementalista, gradualista e reformista dentro da qual ele resolvia os conflitos entre empregador e trabalhadores. Poucos custos reais foram impostos aos empregadores, e o Estado foi incapaz de fazer cumprir os direitos políticos e trabalhistas dos cortadores de cana que havia reconhecido no papel.

Sob o governo de Arraes, enquanto os sindicatos realizavam ganhos consideráveis, pouco foi feito para parar a onda de violência a mando dos grandes proprietários que visavam os sindicalistas ativos em 1963. O governo federal também restringiu a influência das Ligas Camponesas e tirou a redistribuição das terras da agenda política. Similarmente, na disputa de 1963 quanto ao pagamento do 13º salário, somente a intervenção do Banco do Brasil permitiu resolver o conflito, ao conceder maiores financiamentos aos empregadores. E quando os sindicatos lançaram uma greve geral em novembro de 1963, foi, mais uma vez, o governo federal que elaborou um compromisso, desta vez através de aumento dos preços do IAA para os produtores.

Finalmente, a tentativa do regime civil de mediar uma zona canavieira cada vez mais polarizada, alienou os grandes proprietários. A atuação do populismo no sentido de procurar um equilíbrio, reconhecendo as organizações dos trabalhadores enquanto protegia os privilégios da elite, não podia mais ser mantida. No nível do Estado, o reconhecimento pelo governo Arraes dos direitos dos sindicatos de negociar foi visto por alguns empregadores como verdadeira traição.

No nível nacional, o programa de sindicalização rural do governo de Goulart era também visto pelos proprietários como comunista. Surpreendentemente, os líderes militares que depuseram tanto Arraes quanto Goulart não apenas mantiveram, mas aumentaram os níveis de sindicalização rural, embora num quadro muito mais controlado, sob um regime autoritário.

Bibliografia

- ABREU E LIMA, Maria do Socorro de, “Sindicalismo rural em Pernambuco nos anos 60: lutas e repressão”. In: *Clio. Revista de Pesquisa Histórica*. N° 22. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2006.
- ARRAES, Miguel. *Brazil: The People and the Power*. Middlesex: Penguin Books, 1969.
- AZEVEDO, Fernando Antônio. *As Ligas Camponesas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- CALLADO, Antonio. *Tempo de Arraes*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- CAVALCANTI, Paulo. *O Caso Eu Canto Como O Caso Foi* Volume 2: *Memórias Políticas*. Recife: Editora Guararapes Limitada, 1980.
- CAVALCANTI, Paulo. *O Caso Eu Canto Como O Caso Foi*. Volume 4: *A Luta Clandestina*. Recife: Editora Guararapes, 1985.
- CERQUEIRA, Maria dos Milagres Leite. *A Ação Sindical dos Trabalhadores Rurais*. Recife: Governo do Estado de Pernambuco, Secretária de Planejamento, Instituto de Desenvolvimento de Pernambuco - CONDEPE, 1986.
- DABAT, Christine Rufino. ‘Depois que Arraes entrou, fomos forros outra vez’. *Ligas Camponesas e Sindicatos de Trabalhadores Rurais: a luta de classes na zona canavieira de Pernambuco segundo os cortadores de cana*”. In: *Clio Revista de Pesquisa Histórica*. N° 22. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2006, p. 149-188.
- DREIFUSS, Rene Armand. *1964: A Conquista do Estado. Política, Poder, e Golpe de Classe* Petrópolis: Vozes, 1981.
- FONSECA, Gondin da. *Assim Falou Julião*. São Paulo: Editora Fulgor, 1962.
- HEWITT, Cynthia. “Brazil: The Peasant Movement of Pernambuco, 1961-1964”. In: LANDSBERGER, Henry A. (Ed.). *Latin American Peasant Movements*. Ithaca: Cornell University Press, 1969.
- JULIÃO, Francisco. *Cambão - The Yoke: The Hidden Face of Brazil*. Middlesex: Penguin Books, 1972.
- JULIÃO, Francisco. *Que São As Ligas Camponesas?* Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1962.
- LANE, Jonathan. “Isolation and Public Opinion in Rural Northeast Brazil.” In: *Public Opinion Quarterly*, Volume 33, Number 1, Spring 1969, pp. 55-68.
- LEITE, Ronildo Maia. *A História de Um Jornal Que Morreu. Ou Ascensão e Queda de Miguel Arraes*. Recife: Editora de Pernambuco, 1987.
- MALLON, Florencia E. “Peasants and Rural Laborers in Pernambuco 1955-1964”. In: *Latin American Perspectives*, Volume 5, Number 4, 1978, pp. 49-70.

MINTZ, Sidney. "The Rural Proletariat and the Problem of Rural Proletarian Consciousness". In: *Journal of Peasant Studies*, Volume 1, Number 3, April 1974, pp. 291-325.

MORAES, Clodomir. "Peasant Leagues in Brazil". In: STAVENHAGEN, Rodolfo (Ed.). *Agrarian Problems and Peasant Movements in Latin America*. Garden City, New York: Anchor Books, 1970.

PAGE, Joseph. *The Revolution That Never Was*. New York: Grossman Publishers, 1972.

PEARSON, Neale J. *Small Farmer and Rural Worker Pressure Groups in Brazil*. University of Florida Ph. D. dissertation, 1967.

PEREIRA, Anthony W. *Regime Change Without Democratization: Sugar Workers' Unions in Pernambuco, Northeast Brazil, 1961-89*. Cambridge, MA: Ph. D. dissertation. Department of Government, Harvard University, 1991. *The End of the Peasantry. The rural labor movement in Northeast Brazil, 1961-1988*. Pittsburgh: Univ. of Pittsburgh Press, 1997.

PRICE, Robert E. *Rural Unionization in Brazil*. Madison: University of Wisconsin Land Tenure Center Research Paper Number 14, 1964.

PRICE, Robert E. *The Brazilian Land Reform Statute*. Madison: University of Wisconsin Land Tenure Center Research Paper Number 15, 1965.

SOARES, José Arlindo. *A Frente do Recife e o Governo do Arraes*. São Paulo: Paz e Terra, 1982.

Documentos

Arquivo Particular San Tiago Dantas. Arquivo Nacional. Rio de Janeiro.

Conselho de Ministros 1962-63. Arquivo Nacional. Rio de Janeiro.

Tribunal Regional Eleitoral. *Resultado Final de Eleição de 1962*. Recife: TRE, 1962.

Última Hora, 1962-64, Arquivo Estadual, Recife, Pernambuco.

Notas

¹ Tradução Christine Rufino Dabat. Revisão do português José Marcelo Marques Ferreira Filho.

² Professor na Universidade Tulane, Louisiana, EUA.

³ Para diversas explicações a respeito da formação da Liga de Galiléia, ver JULIÃO, Francisco. *Cambão - The Yoke: The Hidden Face of Brazil*. Middlesex: Penguin Books, 1972, p. 77; PAGE, Joseph. *The Revolution That Never Was*. New York: Grossman Publishers, 1972, p. 13; MORAES, Clodomir. "Peasant Leagues in Brazil" In: STAVENHAGEN, Rodolfo (Ed.). *Agrarian Problems and Peasant Movements in Latin America*. Garden City, New York: Anchor Books, 1970, pp. 462-463.

⁴ Estas organizações operaram abertamente de 1945 a 1947, quando o Partido Comunista Brasileiro (PCB) era legal, e na clandestinidade por pouco tempo depois.

⁵ A periodização das Ligas usada neste texto é aquela proposta por AZEVÊDO, Fernando Antônio. *As Ligas Camponesas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p. 77.

⁶ *Ibidem*.

⁷ Uma das mais importantes passeatas foi aquela do Dia do Trabalho, com cerca de 600 trabalhadores rurais e arrendatários, em Recife, em 1º maio de 1957. Outra ocorreu no dia 13 de maio de 1958, aniversário da abolição da escravidão, quando perto de 3.000 trabalhadores rurais e pequenos proprietários marcharam através das ruas do Recife e se reuniram na frente da Assembléia Legislativa. JULIÃO, Francisco. *Cambão - The Yoke: The Hidden Face of Brazil*. Middlesex: Penguin Books, 1972, p. 140.

⁸ Uma pesquisa feita em fevereiro e março de 1963 mostrou que em cada uma das quatro cidades principais – Porto Alegre, São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte – mais de 55% das pessoas entrevistadas nunca haviam ouvido falar de Francisco Julião. No entanto, como ele contemplava a população em geral, não contradizia a asserção de que as Ligas eram conhecidas (e preocupavam) pelos membros das elites políticas. Mais ainda, em duas cidades pernambucanas onde a mesma pesquisa foi feita, Cabo e Vitória de Santo Antão, apenas 31% e 9%, respectivamente, “*nunca havia ouvido falar*” da Liga camponesa, enquanto 41% e 37% dos entrevistados em cada lugar diziam que eles tinham “boa” opinião dele. LANE, Jonathan. “Isolation and Public Opinion in Rural Northeast Brazil”. In: *Public Opinion*, IV, Volume 33, Nr 1, Spr. 1969, p. 61.

⁹ O número de membros é mencionado por PEARSON, Neale J. *Small Farmer and Rural Worker Pressure Groups in Brazil*. University of Florida Ph. D. dissertation, 1967, p. 119. O número para Pernambuco é citado por AZEVÊDO, Fernando Antônio. *As Ligas Camponesas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p. 73. O número exato de membros das Ligas é desconhecido e provavelmente nunca será conhecido. As próprias organizações muitas vezes não mantinham registro preciso de seus membros. Um observador disse que havia 100 Ligas com 80.000 seguidores em 1962. Cynthia Hewitt acredita que havia apenas 40.000 membros em Pernambuco em 1963. Ver HEWITT, Cynthia. “Brazil: The Peasant Movement of Pernambuco, 1961-1964”. In: LANDSBERGER, Henry A. (Ed.). *Latin American Peasant Movements*. Ithaca: Cornell University Press, 1969. Os números são de certo modo irrelevantes, porque as Ligas nunca agiram como uma organização unificada.

¹⁰ MORAES, Clodomir. “Peasant Leagues in Brazil”. *Op. cit.*, p. 478.

¹¹ *Hispanic American Report*. Volume XIV, Number 5, May 1961.

¹² Em fevereiro de 1963, por ocasião da Segunda Declaração de Havana, de acordo com FONSECA, Gondin da. *Assim Falou Julião*. São Paulo: Editora Fulgor, 1962, p. 79.

¹³ Celso Furtado, então superintendente da SUDENE, declarava com algum exagero que as Ligas Camponesas “*não têm igual na história dos movimentos sociais no Brasil*”. Citado em MORAES, Clodomir. “Peasant Leagues in Brazil.” *Op. cit.*, p. 501.

¹⁴ FONSECA, Gondin da. *Assim Falou Julião*. São Paulo: Ed. Fulgor, 1962, p. 59.

¹⁵ JULIÃO, Francisco. *Cambão - The Yoke: The Hidden Face of Brazil*. Middlesex: Penguin Books, 1972, p. 126.

¹⁶ FONSECA, Gondin da. *Assim Falou Julião*. São Paulo: Ed. Fulgor, 1962, p. 81.

¹⁷ Entrevista de Francisco Julião pelo autor, Cuernavaca, Mexico, May 24, 1988.

¹⁸ JULIÃO, Francisco. *Cambão - The Yoke*. Op. cit., p. 163

¹⁹ MALLON, Florencia E. "Peasants and Rural Laborers in Pernambuco 1955-1964". In: *Latin American Perspectives*, Volume 5, Number 4, 1978, p. 55

²⁰ MORAES, Clodomir. "Peasant Leagues in Brazil". In: STAVENHAGEN, Rodolfo (Ed.). *Agrarian Problems and Peasant Movements in Latin America*. Garden City, New York: Anchor Books, 1970, p. 480

²¹ O PCB queria que as Ligas fizessem parte da esperada "revolução brasileira", um levante burguês, anti-imperialista levado a cabo por uma coalizão nacionalista que incluía elementos da classe capitalista local. Nesta perspectiva, a pequena classe trabalhadora industrial era a vanguarda revolucionária. Por conta desta ideologia e de sua experiência sindicalista urbana passada, os militantes do PCB tendiam a utilizar os sindicatos urbanos como modelo para seus esforços de organização no campo. Embora o PC do B se separasse do PCB em 1962, este ainda era dominante na esquerda.

²² Paulo Cavalcanti, membro do PCB de Pernambuco naquela época, condenou as Ligas por sua falta de coerência ideológica, ações absurdas e abusos de poder, até mesmo contra os trabalhadores. CAVALCANTI, Paulo. *O Caso Eu Canto Como O Caso Foi*. Vol. 2: *Memórias Políticas*. Recife: Ed. Guararapes, 1980. pp. 30-31.

²³ Crítica feita à Ligas pelo Padre Crespo, fundador de muitos sindicatos neste período em Pernambuco. Entrevista do autor com Padre Crespo, 21 de setembro de 1988.

²⁴ Tal atitude, neste caso sobre sindicatos contemporâneos, foi expressa por uma mulher de uma família de grandes proprietários que encontrei durante meu trabalho de campo. Quando lhe disse que estava fazendo pesquisa sobre os sindicatos rurais na zona canavieira, ela se exclamou com horror, "*Sindicatos? Todos vermelhos! Todos!*" Retorqui que apenas dois dos cinquenta dirigentes sindicais que havia pesquisado, pertenciam ao PCB, não pareceu mudar sua opinião a este respeito.

²⁵ JULIÃO, Francisco. *Cambão - The Yoke*. Op. cit., pp. 137-138.

²⁶ Transcrição do Conselho dos Ministros. Volume 3, 11.05.1962, pp. 14-16. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro.

²⁷ *Ibidem*.

²⁸ O decreto de 13 de março de 1964, que tanto alarmou a direita só desapropriava a terra ribeirinha de rodovias federais, ferrovias e açudes, e parece ter afetado apenas um número muito reduzido de proprietários.

²⁹ Carta escrita por um autor de assinatura ilegível ao Presidente Goulart e ao Conselho dos Ministros. 08.02.1962, p. 4. Transcrição do Conselho dos Ministros. Volume 7, 1962, Arquivo Nacional, Rio de Janeiro.

³⁰ Mesma carta acima citada, p. 8.

³¹ Julião diz que havia 1.600 delegados na conferência. JULIÃO, Francisco. *Cambão - The Yoke*. Op. cit., p. 142.

³² Transcrição do Conselho dos Ministros. Volume 3, 11.05.1962, pp. 14-16. Para manter os sindicatos fora do alcance do tipo de ativista urbano que tão frequentemente lideravam as Ligas, o programa de Montoro incluía, 1962, uma provisão que exigia

dos sindicatos que queriam reconhecimento do Ministério do Trabalho que publiquem no diário oficial, e dessem aos governos locais as assinaturas de cinquenta bona fide trabalhadores rurais.

³³ MORAES, Clodomir. “Peasant Leagues in Brazil”. Op. cit., pp. 484-485. A admiração apaixonada das Ligas pelos revolucionários cubanos e sua teoria do foco rural não era retribuída. O governo cubano estava em relação amistosa com os governos tanto de Quadros quanto de Goulart, e em vez de apoiar abertamente as Ligas, de fato as encorajou a se aproximar do governo federal.

³⁴ PAGE, Joseph. *The Revolution That Never Was*. New York: Grossman Publishers, 1972, p. 95. PAGE, Joseph A. *A Revolução que Nunca Houve. O Nordeste do Brasil 1955-1964*, Rio de Janeiro, Record, 1989.

³⁵ Transcrição do Conselho dos Ministros. Volume 4. 27.04.1962, p. 22.

³⁶ Outro fator era a estratégia não-insurrecional do PCB. Este assunto é tratado com maior profundidade por Joseph Page na sua obra intitulada com muita justeza *A Revolução que nunca houve*.

³⁷ PRICE, Robert E. *Rural Unionization in Brazil*. Madison: University of Wisconsin Land Tenure Center Research Paper Number 14, 1964, p. 47.

³⁸ AZEVEDO, Fernando Antônio. *As Ligas Camponesas*. Op. cit., p. 109.

³⁹ FONSECA, Gondin da. *Assim Falou Julião*. Op. cit., p. 98.

⁴⁰ Idem, p. 14.

⁴¹ MORAES, Clodomir. “Peasant Leagues in Brazil”. Op. cit., p. 480

⁴² Entrevista de 1963 de Julião por Antônio Callado, citado em PAGE, Joseph. *A Revolução Que Nunca Houve*. Op. cit., p. 114.

⁴³ Entre os partidos que tinham associados entre os membros das Ligas, havia a UDN, o PSB, do qual Julião fazia parte, o PTB, o PST, o PSD, o PCB (do qual Clodomir Moraes foi expulso no início dos anos 1960 em razão de seu “aventurismo”), o PC do B (pró-chinês), e várias facções trotskystas. MORAES, Clodomir. “Peasant Leagues in Brazil”. Op. cit., p. 501.

⁴⁴ No dia 02 de janeiro de 1964. Frente a uma multidão que celebrava o quinto aniversário da Revolução Cubana, na avenida Dantas Barreto, Julião leu um folheto, “*Benção Mãe*”, no qual ele chamava a Liga de mãe do sindicato. Garantindo que não havia nenhuma incompatibilidade entre as duas organizações, ele recomendou aos membros das Ligas a ficarem nelas até mesmo se eles aderissem a um sindicato. JULIÃO, Francisco. *Cambão - The Yoke*. Op. cit., p. 163.

⁴⁵ O imposto sindical era retido do pagamento de todos os assalariados legalizados e dividido da seguinte forma: 60% para a União; 20% para o Ministério do Trabalho; 15% para da Federação estadual e 5% para a confederação nacional, CONTAG.

⁴⁶ Todos os trabalhadores contratados na forma da lei sendo ligados aos sindicatos através do imposto sindical, os efeitos sobre a categoria de quaisquer negociações ou ações empreendidas por estes órgãos. Como está explicado na nota seguinte, participação ativa no sindicato requeria o pagamento de outra contribuição.

⁴⁷ Embora o pagamento de contribuição voluntária diretamente ao Sindicato possa ser exigido para participação plena no mesmo.

⁴⁸ O relatório acrescenta que o programa “*não esconde a intenção de transformar o proletariado agrícola em uma massa eleitoral instruída, a custas de promessas perigosas*”. PRICE, Robert E. *Rural Unionization in Brazil*. Op. cit., pp. 66-67.

⁴⁹ PEARSON, Neale J. *Small Farmer and Rural Worker Pressure Groups in Brazil*. University of Florida Ph. D. dissertation, 1967, p. 59

⁵⁰ *Ibidem*.

⁵¹ PRICE, Robert E. *Rural Unionization in Brazil*. Op. cit., p. 68.

⁵² Entrevista do autor com Padre Paulo Crespo, 21.09.1989.

⁵³ Padre Crespo descreveu a decisão e a relação entre os dirigentes da Igreja e os trabalhadores, nestes termos: “*Não partiu deles [os trabalhadores] coisa nenhuma, foi uma proposta de cima para baixo...a proposta foi a proposta da igreja, porque a igreja através do Plano Pastoral de Conjunto, da CNBB Nacional no seu plano de Pastoral de Conjunto, na parte de Ação Social, ela decidiu que a igreja devia dar apóio a organização dos sindicatos de trabalhadores rurais, de cooperativas de trabalhadores rurais e o Movimento de Educação de Base, o MEB.*” Entrevista do autor com Padre Paulo Crespo, 21.09.1989.

⁵⁴ “Sindicalização Enfrenta Terror”. In: *Última Hora*, 18.11.1962, p. 9.

⁵⁵ Entrevista do autor com Manuel Santos da Silva, então presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Vitória de Santo Antão, 16.05.1988.

⁵⁶ “Sindicalização Enfrenta Terror”. In: *Última Hora*, 18.11.1962, p. 9.

⁵⁷ “Camponês Agonizava Já Há Três Dias Na Porta do Hospital”. In *Ultima Hora*, 25.09.1962.

⁵⁸ “Sindicalização Rural Com o Aproveitamento das Ligas Camponeses”. In: *Última Hora*, 26.09.1962, p. 2.

⁵⁹ “Camponeses Inauguraram o Sindicato Rural de Escada”. In: *Última Hora*, 01.10.1962. Este artigo, ignorando que o sindicato de Barreiros havia sido fundado em 1953, incorretamente chamou o sindicato de Escada o primeiro sindicato.

⁶⁰ CERQUEIRA, Maria dos Milagres Leite. *A Ação Sindical dos Trabalhadores Rurais*. Recife: Governo do Estado de Pernambuco, Secretária de Planejamento, Instituto de Desenvolvimento de Pernambuco - CONDEPE, 1986, pp. 27-30. Esta tabela não inclui dois sindicatos que operavam na zona canavieira: Barreiros, fundado em 1953, e Pombos, fundado em 1987. Ela se refer ao momento em que os sindicatos foram fundados, em vez de quando eles conseguiram seu reconhecimento oficial pelo Ministério do Trabalho, que geralmente acontecia dois anos após a fundação do sindicato.

⁶¹ “Recife Já Decidiu: Arraes”. In: *Última Hora*, 05.10.1962. É preciso notar que Arraes utiliza a palavra “*camponês*”, que remete a qualquer pessoa entre os pobres rurais (assalariado, meieiro, arrendatário e pequeno proprietário).

⁶² A Federação estava sob o controle do SORPE (Serviço de Orientação Rural de Pernambuco), uma organização católica encabeçada pelo Padre Crespo, e seus dirigentes estavam, na sua maioria, alinhados com a Igreja.

⁶³ “Camponeses Concentram-se Para Reivindicar Melhoras”. In: *Última Hora*, 13.10.1962.

⁶⁴ “Camponeses Exigem Fim da ‘Polícia Particular’ Dentro dos Latifúndios”. In: *Última Hora*, 15.10.1962, p. 2.

⁶⁵ *Ibidem*.

⁶⁶ “Sindicalização Enfrenta Terror”. In: *Última Hora*, November 18, 1962, p. 9.

⁶⁷ “Camponeses Confiam em JPN: ‘E Nossa Última Esperança’”. In: *Última Hora*, November 20, 1962, p. 2.

⁶⁸ “Enoch Saraiva. ‘Patrões Não Podem Impor Condições Ao Pagamento do 13º Mes’”. In: *Última Hora*. 20.11.1962, p. 2.

⁶⁹ Cartas particulares de San Tiago Dantas ao Presidente João Goulart, 16.02.1961. Arquivo Particular San Tiago Dantas, Arquivo Nacional, Rio de Janeiro.

⁷⁰ *Última Hora*, 05.12.1962.

⁷¹ Sobre a atitude do IBAD no Nordeste, ver DREIFUSS, Rene Armand. 1964: *A Conquista do Estado. Política, Poder, e Golpe de Classe*. Petrópolis: Vozes, 1981, p. 344.

⁷² “Consintra Vai Defender Camponeses de Ribeirão”. In: *Última Hora*, 09.01.1963, p. 2. AZEVÊDO, Fernando Antônio. *As Ligas Camponesas*. Op. cit., p. 108 escreve que foi cinco o número de trabalhadores massacrados, citando o *Jornal do Comércio* do dia 08.01.1963.

⁷³ “Sustada Greve no Campo: Usineiros Pagam 13º Salário Ainda Este Mês”. *Última Hora*. 11.01.1963, p. 2.

⁷⁴ Não havia representantes dos trabalhadores rurais nesta reunião, mas a mensagem de que Arraes estava disposto a ouvir-los – mesmo que não decida em seu favor – deve ter chegado a eles. *Última Hora* 01.02.1963.

⁷⁵ Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco. Resultado Final da Eleição de 1962.

⁷⁶ *Última Hora*, 27.10.1962.

⁷⁷ SOARES, José Arlindo. *A Frente do Recife e o Governo do Arraes*. São Paulo: Paz e Terra, 1982, p. 130.

⁷⁸ *Idem*, p. 111.

⁷⁹ “Arraes aos Líderes Camponeses: ‘Não Permito Violências em meu Governo’”. In: *Última Hora*, 5 de fevereiro, 1963, p. 3. A base de Melo estava no Cabo, enquanto que a de Crespo estava em Vitória de Santo Antão e Jaboatão.

⁸⁰ *Ibidem*.

⁸¹ *Ibidem*.

⁸² “Prossegue Luta no Campo: Trabalhadores Reclamam na Justiça o 13º Salário”. In: *Última Hora*. 12.02.1963.

⁸³ “Alastra-se Greve: Camponeses Desfilam com Enxadas em Jaboatão!”. In: *Última Hora*. 19.02.1963, p. 1.

⁸⁴ SOARES, José Arlindo. *A Frente do Recife e o Governo do Arraes*. Op. cit., p. 133.

⁸⁵ Poema de Audálio Alves. In: LEITE, Ronildo Maia. *A História de Um Jornal Que Morreu*. Op. cit., p. 102.